

Para Bier, pior já passou e País pode até crescer

Secretário acha que crédito externo e aprovação do ajuste abrem boas perspectivas

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O pior da crise já passou, na opinião do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. A assinatura do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a rápida aprovação das medidas do Programa de Estabilidade Fiscal no Congresso e a reação dos mercados nacional e internacional a esses fatos abrem uma perspectiva positiva para o País, na avaliação de Bier. Ele acredita até que em 99 a economia brasileira poderá ter um desempenho melhor do que supôs o próprio governo ao embutir em suas estatísticas uma projeção de queda de 1% no Produto Interno Bruto (PIB). A recuperação do crescimento, de acordo com o secretário, dependerá da maneira e da rapidez com que a economia reagirá à queda dos juros. O ritmo da redução será determinado pelo Banco Central, levando em consideração dois fatores principais: a aprovação das medidas do ajuste fiscal e a recuperação das reservas brasileiras – cujo passo inicial foi dado com o acordo com o FMI. Eles formarão uma base sólida para a redução dos juros, evitando oscilações. Atualmente, e até pelo menos o fim deste ano, porém, a economia brasileira ainda sentirá os efeitos negativos da crise financeira. “Estamos vivenciando um momento de retração”, disse Bier. O Natal promete ser ruim para os setores que dependem de crédito para vender, mas, em compensação, pode ser bom para setores com produtos de menor valor. Bier acredita que a crise, justamente por sua gravidade, serviu como um despertador para lideranças mundiais, alertando-as para a necessidade de uma atuação conjunta para prevenir novos momentos de turbulência global. Um resultado foi justamente o acordo que o Brasil assinou com o FMI, o Bank for International Settlements (BIS), representante dos países industrializados, e instituições multilaterais. Dessa maneira, lembrou o secretário, o Brasil e a América Latina conseguiram defender-se do contágio da moratória decretada pela Rússia. Chefe da missão que concluiu as bases do acordo brasileiro com o FMI, Bier revelou que um dos trunfos brasileiros na negociação foi levar um programa objetivo de ajuste fiscal e de condução da política monetária. Dessa forma, as negociações tiveram bases bem mais sólidas do que nas outras vezes que o País foi bater às portas da instituição. Ainda assim, os acertos finais consumiram dez dias de trabalho do grupo de técnicos brasileiros, que não esperavam tanta demora. “Eu estava quase alugando uma casa em Washington”, brincou o secretário. Os principais pontos da entrevista concedida ao **Estado** são os seguintes:

META DE DÉFICIT PÚBLICO É POSSÍVEL, APESAR DOS JUROS

res. Levamos em consideração a combinação de dois fatores: queda das taxas de juros ao longo do tempo, num determinado ritmo – eu não saberia especificar qual, porque são decisões que o Banco Central toma – e uma melhoria do resultado primário (receitas menos despesas, exceto juros), a partir de todas as medidas que o governo central vem tomando. Esperamos também a melhoria do resultado primário no Estados e municípios e nas empresas estatais. Em 98, o primário não só dos Estados como das estatais será um pouco pior, em relação ao programa fiscal. Isso está associado à possibilidade que ainda existiu, este ano, de recursos da privatização excedendo os compromissos de conta gráfica (pagamento à União, de parcela da dívida estadual refinanciada pelo Tesouro Nacional) ser utilizados para gastos, o que afetou o resultado primário dos Estados. Mas para 99 a perspectiva de melhora em base nos compromissos que os Estados têm com o governo federal, em razão do programa de reestruturação da dívida deles. Leva em consideração, também, toda a política de limites de financiamento para o setor público que já está em vigor e o comprometimento dos recursos de privatização dos Estados com o pagamento da dívida com a União. Com o FMI, analisamos os dados dos Estados, um a um, mostrando que essa perspectiva é realista.

Acordo com o FMI

O mercado reagiu muito bem. Houve valorização dos ativos em bolsa de valores daqui e dos papéis brasileiros negociados lá fora. Nos contatos que fizemos com investidores e analistas, verificamos que a avaliação subjetiva também é positiva. A repercussão do road show que o ministro Pedro Malan (Fazenda) vem fazendo lá fora tem sido muito favorável. Por isso, achamos que as coisas estão caminhando bem.

Superação da crise

Creio que o pior já passou. Agora, entraremos numa fase de consolidação dessa percepção de melhora, de confirmação das expectativas em relação à execução do ajuste fiscal. A partir daí, a expectativa é que o acesso ao mercado (externo) aumente bastante. Não necessariamente o governo brasileiro será o protagonista das emissões de papéis no exterior. O setor privado, historicamente, tem papel importante e acho que vai continuar assim.

Grampo

Em nenhum momento (durante as negociações com o FMI) se colocou essa questão. Não teve re-



Bier: “Teremos um quarto trimestre de 98 ainda sob influência da conjuntura desfavorável”

flexo nenhum. De um ponto de vista mais geral, acho que os investidores estão mais centrados no comportamento do Congresso em relação à aprovação do ajuste fiscal. E o comportamento tem sido bastante bom, pois já se conseguiu aprovar um conjunto importante das proposições que o governo fez e a expectativa é que isso continue daqui para a frente, com o mesmo grau de sucesso.

Déficit público

A meta de termos um déficit nominal (receitas menos despesas, incluindo gastos com juros) consolidado (envolve governo federal, Estados, municípios e empresas estatais) de 6,4% do PIB no primeiro semestre de 99 é possível, apesar das taxas de ju-

ros. Levamos em consideração a combinação de dois fatores: queda das taxas de juros ao longo do tempo, num determinado ritmo – eu não saberia especificar qual, porque são decisões que o Banco Central toma – e uma melhoria do resultado primário (receitas menos despesas, exceto juros), a partir de todas as medidas que o governo central vem tomando. Esperamos também a melhoria do resultado primário no Estados e municípios e nas empresas estatais. Em 98, o primário não só dos Estados como das estatais será um pouco pior, em relação ao programa fiscal. Isso está associado à possibilidade que ainda existiu, este ano, de recursos da privatização excedendo os compromissos de conta gráfica (pagamento à União, de parcela da dívida estadual refinanciada pelo Tesouro Nacional) ser utilizados para gastos, o que afetou o resultado primário dos Estados. Mas para 99 a perspectiva de melhora em base nos compromissos que os Estados têm com o governo federal, em razão do programa de reestruturação da dívida deles. Leva em consideração, também, toda a política de limites de financiamento para o setor público que já está em vigor e o comprometimento dos recursos de privatização dos Estados com o pagamento da dívida com a União. Com o FMI, analisamos os dados dos Estados, um a um, mostrando que essa perspectiva é realista.

Novo mecanismo

Estão discutindo um novo mecanismo para dar sustentação desse tipo de negociação que foi feita com o Brasil. Será uma nova linha de crédito, de caráter preventivo. A discussão não está completa, mas algumas características dessa nova linha, como a possibilidade de antecipar desembolsos futuros, já está incorporada ao acordo brasileiro. Se o governo brasileiro vai ou não pedir a antecipação (da segunda parcela do empréstimo do FMI), vai depender de sua avaliação sobre a conveniência disso. A antecipação depende da aprovação do board do FMI. Não é coisa automática.

Recessão

A relação entre a possibilidade de crescimento da economia brasileira e o acordo (com o FMI) é mediada pelas taxas de juros. O que está por trás de uma taxa elevada, como essa que se tem no Brasil, são as dificuldades de captação externa vivenciadas por nós e por outros países emergentes. Isso, o acordo com o FMI pode ajudar, como já está ajudando, a superar. Por outro lado, nosso programa fiscal é importante para a redução das taxas de juros de forma consistente ao longo do tempo. A combinação dessas duas coisas – a mudança da perspectiva de médio e longo prazo da economia brasileira e o avanço na área fiscal – é que abrem caminho para uma recuperação sustentável da economia brasileira que, acreditamos, se dará ao longo do próximo ano. Teremos um quarto trimestre de 98 ainda sobre os efeitos da conjuntura desfavorável, mas ao longo do ano que vem é esperada uma recuperação gradual da economia, possivelmente levando a um resultado de crescimento ou de variação do PIB em 99 melhor do que embutimos em todas as projeções fiscais, que é uma queda de 1%.

Crescimento em 99

Depende muito da velocidade da reação da economia ao processo de redução dos juros. O relevante, do ponto de vista da atividade econômica, não é só a taxa de juros de curto prazo, mas seu comportamento futuro e se a redução é sustentável. A recuperação das reservas cambiais, combinada com a implementação do ajuste fiscal, é muito importante para dar segurança sobre as perspectivas de médio prazo. Isso pode contribuir ter um efeito benéfico sobre os juros que, por sua vez, afetará de forma positiva o crédito, a demanda e os investimentos.

Natal

Não sei se será um desastre. Vamos avaliar a evolução da demanda. O que se observa é que alguns setores mais sensíveis ao crédito continuaram muito ruins, principalmente bens duráveis, como linha branca, televisores.

Esses setores já enfrentavam dificuldades e não se recuperaram, mas também não pioraram muito. O setor de automóveis, que começou a recuperar-se em meados deste ano, voltou a piorar bastante nos últimos meses. Esses setores estão sofrendo porque são mais sensíveis ao crédito. As taxas de juros estão altas e a disponibilidade de crédito diminuiu. Dada a incerteza, há dificuldade de obter prazos longos e taxas razoáveis para financiamento. Por outro lado, outros setores têm tido uma performance boa. Supermercados e bens de menor valor estão vendendo bem. Então, temos um comportamento dispar dos diversos setores e não dá para dizer, no agregado, se será ou não um desastre. Há um efeito substituição da economia: se um setor vende pouco, outro tende a aumentar suas vendas.

Retração econômica

Ninguém gosta de ver uma retração do crescimento econômico. Estamos vivenciando um momento de retração. É importante dizer com clareza que o que o governo está fazendo é tentar reduzir o impacto desse episódio, agindo de forma consistente para que seja o menor possível.

Crise dos Estados

Claro que a arrecadação tem relação com atividade econômica, mas a expectativa é que ela (a economia) melhore ao longo de 99. Não quero negar as dificuldades do ajuste fiscal: são grandes, mas absolutamente necessárias para o País. É importante que todas as unidades da federação possam viver dentro de seus meios, equacionar seus compromissos – e não se está pedindo nada mais aos Estados. Vai exigir um esforço, mas cada unidade saberá qual a melhor forma de fazer essa adequação, da mesma forma que o governo federal está discutindo com o legislativo a melhor forma de fazer isso no âmbito federal.

Crise mundial

A última crise foi grave e extensa e chegou a atingir os mercados financeiros de alguns países desenvolvidos. Mas ela acabou funcionando como um despertador para lideranças mundiais, alertando sobre a necessidade de maior coordenação, de atenção aos problemas da economia mundial e de uma ação conjunta – que acabou se repercutindo no acordo do Brasil. Um conjunto de países, o FMI e bancos multilaterais atuaram juntos numa ação preventiva, evitando que uma região do mundo pudesse ser afetada pelo efeito contágio da Rússia. Isso já foi um resultado dessa nova percepção de como se deve proceder nesse novo ambiente da economia mundial. Iniciativas como a reação do Federal Reserve norte-americano e alguns bancos centrais europeus, baixando taxas de juros, além de novos movimentos do governo japonês no sentido de resgatar e fortalecer o sistema financeiro, estão andando de forma mais célere. Tenho uma visão otimista em relação ao futuro próximo e espero que ela se confirme. Mas este ainda é um mundo ainda muito sujeito a turbulências.

PROBLEMAS DO BRASIL SERVIRAM DE ALERTA